

JULIANE CASSARINO DE OLIVEIRA

UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO

Juliane Cassarino de Oliveira

A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NA REDE REGULAR DE
ENSINO

São Paulo

2017

A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NA REDE REGULAR DE ENSINO

CASSARINO DE OLIVEIRA, Juliane¹
Orientadora: Profa. Ana Cecilia Oñativa²

RESUMO

Este estudo objetiva refletir sobre os processos de inclusão/exclusão e integração relacionados a pessoas com necessidades especiais, a partir da compreensão do conceito de deficiência. O conceito de deficiência remete a uma reflexão mais ampla e o olhar volta-se para a Educação.

O presente estudo pontua aos que assumem, hoje, o compromisso de transformação, a necessidade de conduzir suas ações frente ao objetivo da inclusão, atuando para romper com diversos conceitos e pré-conceitos, mobilizando diferentes recursos e estratégias para obter sucesso. E, na educação, encontra-se uma grande aliada para esse primeiro passo.

Segundo o Portal da Educação, nos dias de hoje, falar em aprendizagem sem levar em consideração os mecanismos cerebrais responsáveis pelo processo de aprender significa negar nossa evolução.

A Neurociência aplicada à aprendizagem não apenas contribui para a compreensão dos processos cerebrais, mas veio nos mostrar o que realmente significa essa forma particular de aprender.

Tendo a compreensão de que a criança precisa desenvolver as habilidades motoras, para após desenvolver as habilidades de escrita, o professor saberá como melhor direcioná-la, assim como elaborar estratégias de ensino que desenvolvam sua capacidade de atenção, para a partir desse ponto auxiliar no processo de memorização e compreensão do processo de leitura e escrita.

A conclusão a que chegamos foi que as crianças com deficiência são historicamente consideradas incapazes de realizar diversas atividades e isso se agrava pela falta de capacitação de professores. Os professores recém-formados que foram capacitados perdem um pouco o medo, mas a insegurança ainda é muito alta, podendo obstruir (até inconscientemente) os necessários empenhos e investimentos pedagógicos por parte dos professores nos alunos com deficiências. Assim, acreditamos que as capacitações e discussões devem ser constantes, assim como a aproximação dos professores desses alunos para desmistificar as representações negativas que ainda residem em suas culturas.

Palavras Chaves: inclusão/capacitação de professores/deficiência/criança

¹ Pedagoga pela Universidade Nove de Julho
juliane.cassarino94@gmail.com

² Mestre em Psicologia da Educação pela PUCSP
aonativa@prof.unisa.br

Apresentação

“ Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se a atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém.”

(Moacir Gadotti)

INTRODUÇÃO

Segundo Vasch (1981), o mecanismo de inclusão é grande e tem diferentes faces. Assim, cada vez com maior frequência, muitos questionam os motivos da não aceitação das diferenças, principalmente em relação à deficiência. Esse fato foi determinante para a escolha do tema. Após muita inquietação sobre o processo de inclusão dessas pessoas na rede de ensino regular, surge aqui uma oportunidade para pensar e repensar e talvez compreender a questão da deficiência e inclusão.

Este trabalho será realizado através de pesquisa bibliográfica, de natureza exploratória, contando com um panorama geral que é a inclusão da criança com deficiência na rede regular de ensino. Um instrumento capaz de oferecer subsídios para formulação de hipóteses sobre o tema elencado; além de possibilitar ao pesquisador, progredir no desenvolvimento das ideias do autor, bem como daqueles elementos que estão relacionados com elas.

Não é um trabalho fácil, tendo em vista que muitas obras que são consideradas bibliografia em uma determinada área do saber, em outras são fontes indispensáveis à pesquisa científica. Cabe neste momento, aos poucos, selecionar na prática, o que é fonte na área de pesquisa.

Assim, entende-se que a pesquisa bibliográfica é a que melhor possibilita o cumprimento dos objetivos pré-estabelecidos, levando em consideração que,

principalmente, dentro da educação, esse tipo de pesquisa tem mais valia e significância, por enfatizar mais o processo do que o produto.

A aplicação dessa pesquisa bibliográfica ou exploratória torna possível evidenciar rapidamente as diversas interações a que estão submetidos os objetos de estudo permitindo um maior aprofundamento do tema.

Essa pesquisa, portanto, visa proporcionar um ótimo instrumento para que as questões que emergem possam ser melhores compreendidas, permitindo que com o esforço de inovação e sobretudo de reflexão, o verdadeiro processo de transformação comprometido possa ocorrer. Contudo, percebe-se que esse horizonte só será almejado quando a sociedade assumir o compromisso da inclusão social das pessoas com deficiência, já que essa é uma responsabilidade de todos e exige mobilização para obter sucesso; por isso, é dever ético e moral promover a equiparação de oportunidades e na educação encontra-se uma grande alavanca para que isso se concretize.

Emerge aqui a grande questão deste trabalho, ou seja, compreender a deficiência e o deficiente, as inquietações e responsabilidades da sociedade e, especificamente, do professor que terá o desafio de trazer esse indivíduo para o meio.

1. DESVENDANDO O CONCEITO DE INCLUSÃO

De acordo com o dicionário Aurélio, inclusão é o mesmo que compreender, que por sua vez quer dizer entender, alcançar com a inteligência.

Segundo Maria Teresa Eglér Mantoan, no livro: sobre a Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer? “Existem alguns questionamentos feitos para manifestar seu entendimento sobre o direito inalienável de todos à educação e para alicerçar uma concepção de educação inclusiva que atue na transformação da escola para que não se exclua nenhum estudante.” (2014, p.9)

O grande paradigma da inclusão é reconhecer em primeiro lugar a especificidade do sujeito e não a sua deficiência. Com isso, a inclusão não é um

movimento natural do sujeito. Se os sujeitos não forem trabalhados constantemente em relação aos seus estereótipos e preconceitos eles tenderão a voltar resgatando os conteúdos estigmatizados. É preciso romper com o preconceito desde a família, escola e, também, da sociedade. (GLATT, 1995)

A inclusão está diretamente ligada ao exercício de direitos humanos e as escolas devem proporcionar a igualdade de oportunidades. Todas as crianças devem aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. Para isto, o currículo e as práticas pedagógicas devem atender e respeitar as necessidades de cada um assegurando uma educação de qualidade para todos. (GLATT, 1995)

Reiterando, Dantino (1997), aponta que a inclusão não acontece somente através de atos legais, mais é conquistada “nas ações e relações”. Todos os sujeitos envolvidos nessa relação devem ser preparados; desde o próprio deficiente até os professores, pais, amigos, funcionários, assim haverá uma contribuição para que se busquem caminhos e recursos para que viabilizem uma educação em benefício tanto da criança deficiente como das outras crianças também. Ainda, segundo Amaral (1994), a inclusão não somente beneficiará o aluno deficiente, mas todos que desejam uma educação de qualidade, uma educação que cumpra a sua função transformadora, que promova o aluno deficiente e o não deficiente da categoria de objeto pensado à categoria de sujeito do processo, capaz de reconstituir sua vida, torná-la mais produtiva e construtiva.

Dessa forma, fica evidente que o problema é muito mais complexo do que se pode pensar. A escola sozinha não consegue mudar a sociedade. Para ter uma escola inclusiva, a sociedade tem que ser inclusiva. A escola tem que seduzir a sociedade. É preciso se apaixonar pela ideia e ser cúmplice para dar continuidade. Não importa conhecer as diferentes deficiências se não souber que atrás delas existe um ser humano. (GLATT, 1995)

2. DESVENDANDO O CONCEITO DE DEFICIÊNCIA

De acordo com Instituto Benjamin Constant (2015) pode-se considerar pessoa portadora de deficiência (PPD) aquela que apresente, em caráter permanente, perdas ou reduções de sua estrutura, ou função anatômica, fisiológica, psicológica

ou mental, que gerem incapacidade para certas atividades, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

O Decreto nº 3298 de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1988, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, diz:

Deficiência é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividades, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. (DECRETO nº3298 de 20/12/1999).

De acordo com Assumpção e Sprovieri (2000), a deficiência é relativa a toda alteração do corpo ou aparência física, de um órgão ou de uma função, qualquer que seja sua causa. Caracteriza-se por perdas ou alterações que podem ser temporárias ou permanentes.

Ainda segundo os autores, a abordagem da deficiência, muitas vezes, impediu sua compreensão com mais sabedoria. Para cada termo encontrado, há diferentes traduções, significados e relações com a própria deficiência.

3. OLHARES SOBRE A INCLUSÃO

O primeiro grande passo é compreender a deficiência como diferença – diferença com outra qualquer, por exemplo, entre calvo e cabeludo, alto e baixo, gordo e magro, negro e branco. Deve-se olhar antes de tudo a pessoa, o SER HUMANO com direitos e necessidades e não apenas a deficiência que possui. (MANTOAN, 2005)

É preciso analisar e compreender o foco dos processos de inclusão/exclusão e integração numa abordagem histórica, política e social, procurando desvendar os desafios da inclusão para substituir o paradigma da integração social e implementar o paradigma da inclusão social. No Brasil, uma das referências que tem sido utilizada para discutir a inclusão/exclusão escolar é a Declaração de Salamanca. Para se ter clareza sobre a validade ou não de se utilizar tal documento como referência, é necessário primeiramente dimensioná-lo no contexto histórico atual. Sem dúvida esse documento reafirma várias conquistas anteriores, como a **Declaração Universal dos Direitos Humanos** de 1948 e a **Conferência Mundial sobre Educação para Todos** realizada na Tailândia

em 1990. A Declaração de Salamanca também apela a todos os governos para darem prioridade política e orçamentária a essa área, visando arrecadar fundos para a criação de programas de apoio voltados às necessidades educativas especiais.

A educação integrada e a reabilitação apoiada pela comunidade representam métodos complementares de ministrar o ensino a pessoas com necessidades educativas especiais. Ambas se baseiam no princípio da integração e participação e representam modelos bem comprovados e muito eficazes em termos de custo para fomentar a igualdade de acesso das pessoas com necessidades educativas especiais. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.6) ¹

Mais adiante, no mesmo capítulo, a Declaração de Salamanca volta à carga na argumentação dos custos:

A reabilitação baseada na comunidade deve fazer parte de uma estratégia geral destinada a ministrar ensino e capacitação eficazes a pessoas com necessidades educativas especiais em função dos custos. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.7)

Na discussão sobre a inserção de alunos com necessidades educativas especiais na escola regular, não pode ser desconsiderado o aspecto de que educação especial requer investimento de recursos de grande monta, sobretudo por se tratar de um trabalho que envolve a participação de equipes interdisciplinares (além do professor especializado, o pedagogo especializado, o fisioterapeuta, o fonoaudiólogo, o assistente social, o psicólogo e o médico, e em alguns casos também se faz necessário o envolvimento de outros profissionais especializados, como o psicomotricista, o músico terapeuta ou o terapeuta ocupacional) e de materiais e equipamentos especializados. (APUBH, 1997)

A proposta é compreender se a inclusão supõe uma ruptura a respeito dos pressupostos da integração, ou se há um laço contínuo entre ambos. Para essa reflexão debates são estabelecidos sobre a inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino. (MITTLER, 2003)

Mantoan (1997), defende a ideia de que não deve haver uma adaptação e sim a elaboração de um currículo que atenda à capacidade diversificada de cada um dos alunos, tornando-se um programa igual para todos ou seja, simplesmente ter uma classe especial, na escola regular não significa uma fusão, mas uma justaposição de recursos.

¹ DECLARAÇÃO DE SALAMANCA e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

Ainda segundo a autora, vale lembrar que para haver a inclusão da criança deficiente no sistema educacional é necessário vencer uma série de barreiras, como a pedagógica, a arquitetônica e a administrativa, o que acaba dificultando ainda mais tal processo inclusivo.

Também faz apontamentos no sentido de garantir a questão da inclusão das pessoas portadoras ou não de deficiência, faz-se necessário uma conscientização entre os que são considerados “normais” e dos próprios portadores de deficiência. Ou seja, um processo que implica na questão do cumprimento dos seus deveres e direitos diante de um grupo social, agindo como participantes ativos de um processo histórico e cultural. (MANTOAN, 1997)

4. INCLUSÃO NO BRASIL

4.1 PAPEL DA ESCOLA NA INCLUSÃO

Segundo a Apubh (1997) o que está cada vez mais consolidado, é que a escola regular pública, que pretendem os idealizadores da inclusão escolar seja o espaço de absorção dos alunos com necessidades educativas especiais, está sem recursos, desequipada e desinstrumentalizada, perdendo cada vez mais as condições necessárias para o exercício de sua função social de promover o acesso ao conhecimento aos alunos das classes populares. Em suma, conclui-se que a escola pública é hoje um espaço de exclusão, seja por sua ausência de condições concretas, seja pelo contingente precocemente absorvido pelo mercado de trabalho, pelo empobrecimento da população somado a outras condições estruturais e conjunturais, têm contribuído para o afastamento de crianças e adolescentes da escola.

Para Saviani (1997), a ordem é a redução de custos: diminuição de gastos globais referentes aos docentes (salário, formação), aumento do número de alunos por classe, instituição de turmas múltiplas, utilização mais racional dos prédios escolares, desenvolvimento de outras formas de financiamento (e novas formas de apoio comunitário).

Segundo Mazzotta (1997), em termos pedagógicos, não há dúvida que a escola pública ganharia em qualidade para todos os seus alunos se as condições necessárias para um trabalho que ampliasse suas abordagens de forma a

garantir o acesso ao conhecimento a todas as pessoas, mesmo que tivessem elas as mais diversificadas características.

Ainda sobre o autor, na realidade reside aí um dos mais válidos argumentos para a defesa da inserção do aluno com necessidades educativas especiais no ensino regular: não mais se conceber que a melhor instrumentalização da escola se deva dar somente quando esta se destinar aos casos especiais, mas sim em qualquer situação o que se deve buscar é uma escola plena de oportunidades educativas significativas para todos os alunos, sobretudo os advindos das camadas populares onde o acesso aos bens culturais da sociedade está prejudicado por uma estrutura social injusta e excludente. Essa ampliação de condições, entretanto, não daria conta das especificidades de várias necessidades educativas especiais, que só podem ser devidamente atendidas em escolas especiais. (MAZZOTA, 1997)

A desconsideração pelos aspectos qualitativos da escola pública é que deve ser objeto das discussões e das ações de resistência pela sociedade como um todo, envolvendo pais, educadores, profissionais da infância, dirigentes de escolas, enfim, de todos os segmentos do sistema educacional. (MAZZOTA, 1997). Portanto, é preciso ter consciência de que nesta experiência dos órgãos públicos voltados para a racionalização dos custos da escola pública, está em jogo um processo de perda de direitos da sociedade como um todo, mas sobretudo das crianças e adolescentes brasileiros, nos quais as marcas que esse processo deixará em suas vidas pode não ter uma retomada possível. (SASSAKI, 1997)

1.1 FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL

Segundo Amaral (1994), essa questão da inclusão, constitui em uma ação ampla, pois é uma prática que procura contribuir não somente para o desenvolvimento dos portadores de necessidades especiais, mas também para a aceitação geral das diferenças individuais, da valorização de cada um, a busca de uma convivência em meio a essa diversidade etc. Tarefa que exige um educador consciente de seu papel político como agente de transformação social.

É preciso que se posicione frente aos desafios, que busque apoio em outros profissionais e que, acima de tudo, centre sua atividade docente na formação do indivíduo, buscando as suas habilidades e competências; de sua identidade e autoestima.

No entanto, o que se percebe é que a falta de preparo e o próprio desconhecimento deste profissional implicam no comprometimento deste processo de busca por uma inclusão efetiva.

Por isso, como muito bem enfatiza Dantino (1997), a superação das barreiras do preconceito depende do conhecimento da condição de deficiência e das atitudes e comportamentos da sociedade, em especial dos professores, demais alunos, pais, etc. Os pais, os educandos, os educadores e pessoas em geral costumam sentir isto em situações que requerem novas adaptações e modificações na forma de pensar sobre a questão ou fato, portanto o papel do professor deverá ser de mediador, exigindo uma postura compreensiva, com diálogo e flexibilidade.

Segundo Ramos (2006), a paixão pelo conhecimento constitui característica indispensável para quem optou por enveredar pelos caminhos da educação. Ser detentor desse sentimento, contudo, não basta. Aquele que se pretende professor deve abrigar dentro de si, mais forte ainda, o fascínio por semear no outro a capacidade da compreensão. Esse ser especial, generoso em essência, vê no compartilhamento o sentido legítimo do saber.

Desse diálogo intenso entre professor e aluno, o que se busca é que a educação cumpra efetivamente os seus propósitos, entre eles, o da inclusão. Portanto, não se pode discutir currículo sem discutir a formação do professor. (RAMOS, 2006)

No entanto, tal tarefa exige um tempo para que as mudanças ocorram efetivamente e, esse “tempo” não há, comprometendo tal formação. As escolas não podem se fechar para fazer esse preparo e quando percebem os alunos com deficiências estão chegando na sala regular sem que os professores saibam o que fazer com eles. O primeiro e grande “nó”, inicia-se aqui.

Segundo Peter Mittler (2003), criar oportunidades para capacitação não significa, necessariamente, influenciar o modo como os professores sentem-se em relação à inclusão. Tais sentimentos são fundamentais e precisam ser levados a

sério. Qualquer dúvida ou quaisquer reservas não devem ser consideradas como racionais ou simplesmente anuladas. Os professores precisam de oportunidades para refletir sobre as propostas de mudanças que mexem com seus valores e com suas convicções, assim como aquelas que afetam sua prática profissional cotidiana. É importante que a inclusão não seja vista apenas como uma outra inovação.

Os cursos ou programas de formação e capacitação docente ao mesmo tempo precisam dar condições efetivas para que o professor trabalhe de imediato com seus alunos; não pode ser uma capacitação voltada apenas para questões pontuais e sim proporcionar aprofundamento teórico-metodológico (que a maioria dos professores tanto do ensino regular quanto especial, não tem) que lhe permita se transformar em um professor que possa refletir e ressignificar sua prática pedagógica para atender à diversidade do seu alunado. (GLATT, 1997)

Acreditando nessa possibilidade, considera-se como ação prioritária a formação e a capacitação de professores visando a reorganização didática-curricular. Também há um consenso de que esta “*formação tem que ser contínua, incluindo troca de experiência e intercâmbio externo*”, bem como “*atividades capacitadoras na própria escola*” (formação em serviço) sob forma de centros de estudo e discussão de casos, supervisão, etc. Também, é ressaltada a importância de que o professor tenha “tempo para planejar, analisar e pesquisar sobre sua prática”, tendo sido muito apreciada as iniciativas de escolas neste sentido, aumentando o número de professores para permitir esse espaço de reflexão, sem prejuízo aos alunos. (MARTINS, 2003)

Porém, é imprescindível para que essa transformação do papel e atividades do professor seja alcançada, o envolvimento dos gestores ou lideranças tanto da própria escola quanto do sistema escolar. Para o sucesso de uma proposta de Educação Inclusiva é fator determinante um sistema de apoio para lidar com “as necessidades especiais não só do aluno, mas também do professor da classe regular”. Ou seja, este sistema de suporte deve estar disponível na própria escola com profissionais capacitados em educação inclusiva. (BUENO, 1999)

O ponto de maior relevância, para que haja aproveitamento acadêmico de alunos com deficiências incluídos em classes regulares é a necessidade de formarmos um novo tipo de educador. Pois, como bem observa Bueno (1999), de um lado os

professores de ensino regular não possuem preparo mínimo para trabalhar com crianças que apresentem deficiências evidentes e, por outro, grande parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular, na medida em que têm calcado e construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atendem. (BUENO, 1999)

Vale ressaltar, para que possa se transformar o currículo tradicional em um “currículo inclusivo”, faz-se necessário se repensar a prática pedagógica dos professores em geral. A mudança de paradigma que a inclusão traz em relação ao modelo de integração é em vez do aluno com deficiência se adaptar ao sistema, a escola regular como um todo, incluindo, sobretudo, os professores, principais atores desse processo, tem que se transformar. (RAMOS, 2006)

A inclusão não pode ser responsabilidade única da Educação Especial. Não é uma simples questão do professor de Educação Especial ditar ao professor da classe regular como trabalhar com esse aluno. Atenção! Se não for desenvolvida uma dinâmica de trabalho integrado, estaremos criando um sistema especial dentro da escola regular, o que não é Educação Inclusiva. (RAMOS, 2006)

Por exemplo, o apoio pedagógico individual aos alunos com deficiência em horários alternativos, não pode se tornar uma nova “sala de aula” que substitui a aprendizagem na sala regular, pois é justamente isso que faliu o modelo de integração. Da mesma forma, o professor de apoio na sala de aula não pode ser um professor particular para aquele aluno que explica a matéria para ele, enquanto a professora regente dá aula para o resto da turma. (MARTINS, 2003). Há necessidade do aprimoramento desta formação, de que o professor pesquisador que se pretende hoje em dia tenha em mente questões da problemática à Educação Inclusiva, além da sensibilização e da motivação para o trabalho que realmente efetive a inclusão. (RAMOS, 2006)

Essa formação deve contemplar informações sobre os diversos tipos de necessidades especiais. Isto não significa, no entanto, desenvolver nos professores uma “ânsia diagnóstica” em relação aos alunos, baseada nas famosas classificações etiológicas, o que acaba se refletindo na já conhecida busca de encaminhamentos destes para outros profissionais, numa tentativa de minimizar a

angústia docente diante do que não sabe enfrentar e da diminuição da culpabilização pelo fracasso destes alunos. A intenção é que esta aprendizagem não se restrinja às características das várias modalidades de necessidades educativas específicas, mas às peculiaridades dos vários grupos e culturas excluídos.

As novas experiências, de ensino e de aprendizagem, como os fundamentos da Neurociência, é a grande busca dos educadores que, sem dúvidas, necessitam de formação contínua; e, isto não se refere apenas ao trabalho inclusivo. A capacitação para boas iniciativas e pelo futuro, indubitavelmente melhor, é, portanto, o maior desafio de todos aqueles que acreditam na educação como meio de transformação.

“Tarefa difícil, mas não impossível”, conforme imaginou Freud (1937).

DISCUSSÃO

A igualdade e a desigualdade são princípios éticos. A diferença não se relaciona necessariamente com a ética. Uma pessoa pode ser diferente da outra, e não ser desigual. O princípio da diversidade consiste em admitir que as pessoas podem ser iguais e, ainda assim, ter atitudes e práticas diferentes. (Souza e Rodrigues: pg. 27, 2002).

É sobre o princípio da igualdade que se assenta o movimento da Inclusão Social. É importante que se entenda que respeito à diversidade, à diferença, não é negação de necessidades especiais. Respeitar a pessoa com deficiência mental é, também, oferecer a ela todas as possibilidades de desenvolvimento, inclusive aquelas construídas a partir dos processos clássicos de reabilitação. O que não se pode aceitar, neste momento histórico, é a ideia de reabilitar para integrar. Não há mais esse tempo de espera: a participação na sociedade é um processo simultâneo aos programas conhecidos como de reabilitação (ou habilitação).

No Brasil, a grande maioria dos 17 milhões (SASSAKI, 2003) ou dos 24,5 milhões (FERREIRA, 2002) de pessoas com deficiência tem sido excluída de todos os setores da sociedade, sendo-lhes negado o acesso aos principais benefícios, bens e oportunidades disponíveis às outras pessoas em todas as áreas de atividade, tais como educação, saúde, mercado de trabalho, lazer, desporto, turismo, artes e cultura. Esta afirmação, que se apresenta como uma denúncia, consta em diversos documentos, moções, relatórios, palestras etc.

Neste sentido, a situação das pessoas com deficiência em nosso país não é diferente da que ocorreu e continua ocorrendo em outras partes do mundo. A história é praticamente a mesma, tanto no espaço quanto no tempo.

Na educação inclusiva as interações sociais são favorecidas pelas trocas afetivo-emocionais, o desejo de superar as dificuldades e a busca por novas aprendizagens, servem de apoio e estímulo para superar os obstáculos. (Peter Mittler, 2003)

O que se aponta é uma significativa dificuldade em tornar o processo de inclusão numa experiência de sucesso, ficando evidente que para isso é necessário fomentar a participação das comunidades escolares, especialmente, na construção de planos estratégicos de ação para tornar as escolas mais inclusivas, valorizando e utilizando os recursos já existentes, considerando as particularidades

contextuais e locais. (SOUZA, 2003)

Apenas para concluir, fica muito claro que antes de qualquer outra discussão, é preciso compreender a deficiência como uma diferença e olhar antes de tudo esta pessoa com “ser humano”, com direitos, potencialidades, necessidades e dignidade e lutar contra o preconceito que muitas vezes se inicia na própria família, adentra na sociedade e impede crianças de serem incluídas. Caso contrário, a almejada “Educação para Todos” torna-se distante. Pois, conforme observado nos autores, não adianta obrigar o cumprimento de leis e direitos humanos se não houver formação e capacitação dos profissionais para atenderem as reais necessidades de inclusão. Esse é o grande desafio. (SOUZA, 2003)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as crianças com deficiência são historicamente consideradas incapazes de realizar diversas atividades e isso se agrava pela falta de capacitação de professores. A inclusão deveria ocorrer de forma natural e o presente estudo visa ajudar em questões para desmistificar o boato do ser incapaz. Viu-se que professores recém-formados que foram capacitados perdem um pouco o medo, mas a insegurança ainda é muito alta, podendo obstruir (até inconscientemente) os necessários empenhos e investimentos pedagógicos por parte dos professores nos alunos com deficiências.

Assim, acredita-se que as capacitações e discussões devem ser constantes, assim como a aproximação dos professores desses alunos para desmistificar as representações negativas que ainda residem em suas culturas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APUBH, Associação de professores da Universidade da Bahia. **Educação, democracia e qualidade social: refletindo sobre deficientes**. Publicação (p.26), 1997.

BRASIL. “*Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9394/96*. **Apresentação Carlos Roberto Jamil Cury**. 5ª ed. Rio de Janeiro, DPS Editora, 2002.

DANTINO, M. E. F. **A questão da integração do aluno com deficiência mental na escola regular**. In: MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Memnon: Ed. Senac, 1997.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA e *linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: CORDE, 1994.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA - Sobre Princípios, Política E Prática Em Educação Especial 1994. Disponível Na Biblioteca Virtual De Direitos Humanos. Universidade De São Paulo.
www.usp.gov.br/direitoaeducacao/asp.

FERREIRA, T. V. IBGE Censo 2000: Mudam índices oficiais da deficiência. Sentidos, São Paulo, ano I, n.6, junho 2002, p.22-26.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio M. e **SANTI**, Pedro Luiz R. **Psicologia, uma (nova) introdução: uma visão histórica da psicologia como ciência**. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2000.

GLATT, R. **A integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.

GOFFMAN, Erving. “**Estigma: notas sobre a manipulação de identidade deteriorada**”. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

LEITE, Carlinda. **Para uma escola curricularmente inteligente**. Porto: Edições ASA, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Elgler. **Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** Campinas, novembro, 2014.

MARTINS, C. “**Deficiências**”. In: Revista: Educação & Família, Edição nº 05, ano I. Editora Escola, 2003.

MAZZOTA, Marcos J.S. **Educação escolar: Comum ou especial?** São Paulo: Pioneira, 1997.

MITTLER, Peter. “**Em direção a educação inclusiva: contextos sociais**”. In: Revista, Educação & Família, Edição nº 15, ano I. Editora Escola, 2004.

OLIVEIRA, Vitor Marinho. **Educação Física humanista**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

PATTO, Maria Helena Souza. **Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar**. São Paulo: T.A. Queiróz, 1984.

RAMOS, Rossana. **Passos para a Inclusão**: algumas orientações para o trabalho em classes regulares com crianças com necessidades especiais. São Paulo: Cortez, 2006.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão – Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro Ed. WVA, 1998.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**: polêmica do nosso tempo. São Paulo: Cortez, 1997.

SOUZA, Sonia Maria Colli de “**A inclusão escolar e suas implicações sociais**” SMC de Souza – cogeime.org.br (Coord). A representação, retrato falado, feita por alunos e egressos de uma escola especializada em distúrbios de aprendizagem.

ESCOLA, *Revista Nova* - <http://revistaescola.abril.com.br/inclusao/>

VIVA, *Projeto escola – garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000.

PORTAL EDUCAÇÃO, A contribuição da Neurociência no ensino dos alunos com deficiência intelectual -

<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/a-contribuicao-da-neurociencia-no-ensino-dos-alunos-com-deficiencia-intelectual/54521>